



SINTESPE

Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Estadual de SC

filiado a



Siga-nos



Praça Olívio Amorim, nº 82 - Centro - Florianópolis/SC - CEP: 88020-090 - Agosto 2016 - (48) 3223-6097 / www.sintespe.org.br

A hora do Governador

Fórum dos Servidores estuda pedido de impeachment de Raimundo Colombo

O Fórum dos Servidores e Empregados Públicos de Santa Catarina discutiu e debateu em julho a peça jurídica que trata do pedido de impeachment do Governador de Santa Catarina. A ação é motivada pelo uso da chamada "contabilidade criativa", que resultou em desvios fiscais da Celesc para o Fundo Social.

Os valores desviados são oriundos de recursos tributários e ultrapassam os R\$ 600 milhões. Quem perde com isso são os municípios, que deveriam receber os valores para investir em áreas como saúde e educação.

O Governo do Estado negou a manobra e disse ter amparo legal

para a realização da medida, conforme reportagem exibida pelo Grupo RBS. Em função do quadro político nacional, o Fórum deverá esperar o momento oportuno para que não haja confusão com o processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff, que possui razões diferentes.

Ataque ao servidor

Decreto suspende usufruto de licenças

Medida foi anunciada em junho

Foi publicado no Diário Oficial de Santa Catarina de 14 de junho de 2016 o decreto nº 749 que suspende o usufruto de licença-prêmio e de licença especial. Segundo a redação do decreto, em seu artigo 2º, a medida "não se aplica aos servidores públicos civis ou militares que possuam tempo para a aposentadoria ou reserva remunerada com protocolo de processo requerendo o benefício".

Diante de mais esse ataque do Governo do Estado contra os servidores e o serviço público, o SINTESPE orienta que os servidores procurem o sindicato caso o pedido de usufruto dos benefícios citados sejam negados e assim será analisada a possibilidade de elaboração de ação judicial.

Auxílio alimentação

Servidores licenciados na mira do Governo

O Projeto de Lei 303/2015 que tramita na ALESC pretende retirar o auxílio-alimentação para servidores licenciados ou afastados do trabalho. Isso inclui a licença por motivo de doença e também de gestação. Em abril, o 303/2015 passou pela Comissão e Constituição de Justiça (CCJ), onde foi aprovado por maioria. Em julho, foi discutido na Comissão de Trabalho e Serviço Público, onde foi questionado. O PL 303/2015 é de autoria do poder executivo e atinge os servidores públicos civis e militares ativos.

As entidades que integram o Fórum dos Servidores Públicos e Empregados de Santa Catarina estão mobilizando suas assessorias jurídicas e também analisam o PL 303/2015. Em reuniões recentes foi montada uma comissão que deverá conversar com outros sindicatos que tenham interesse em participar da luta. Farão parte desta comissão integrantes do SINTESPE, SINDICONTAS, SINERGIA, CUT, Intersindical, Frente de Juristas pela Democracia e o gabinete do deputado Dirceu Dresch.

Na estrada

Em contato com sua Base

Durante os meses de julho e agosto o SINTESPE está percorrendo todo o estado para a realização de assembleias regionais. Foram visitadas as cidades de Canoinhas, São Miguel do Oeste, Chapecó, Caçador, Lages, Joaçaba, Joinville, Rio do Sul, Blumenau, Criciúma e Tubarão. Na Grande Florianópolis serão realizadas reuniões por local de trabalho.

Nos encontros foram abordados

os projetos que ameaçam o serviço público, houve discussão da conjuntura política, tanto a nível nacional quanto estadual e foram explicados os projetos que ameaçam os direitos dos trabalhadores, como o PLP 257 e a PEC 241. Além disso, os encontros regionais trataram sobre a campanha salarial 2016, a campanha de filiação, a organização da confraternização de outubro, assim como demais informes.

Plano de Cargos e Vencimentos dos servidores públicos é transformado em lei

O Projeto de Lei Complementar (PLC) 49/2015, que institui o Plano de Cargos e Vencimentos dos servidores públicos, foi transformado em lei e publicado no Diário Oficial do Estado do dia 14 de julho.

Agora o PLC é chamado de Lei Complementar 676 de 12 de julho de 2016. Há aproximadamente 10 anos, o sindicato já alertava sobre as possíveis irregularidades advindas da criação de cargos generalistas.

O Governo só enviou este projeto, portanto, porque o Tribunal de Contas já havia elaborado um termo de ajuste.

De acordo com informações da Agência Alesc, a justificativa para aprovação do projeto é porque o mesmo "visa regularizar a situação dos servidores públicos estaduais que tiveram as progressões nas carreiras e aposentadorias anuladas por conta de irregularidades apontadas pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE). Em especial, a transposição para órgãos diferentes aos das suas origens funcionais".

Fique atento

Garanta a sua devolução do imposto sindical

O SINTESPE informa aos seus filiados que fará a devolução do imposto sindical referente ao ano de 2016 apenas para os filiados que atualizarem o seu cadastro junto à entidade.

Além de otimizar a comunicação junto aos filiados, a atualização cadastral se faz necessária para evitar prejuízos, tanto para a entidade, quanto para os filiados. Esses prejuízos se referem ao caso de servidores que solicitaram a portabilidade bancária e não possuem vínculo com o Banco do Brasil, instituição financeira para onde os valores são repassados. **SAIBA MAIS NO ENCARTE ANEXO**

Nossas redes sociais:

facebook: [sintespe.sc](https://www.facebook.com/sintespe.sc)

site: www.sintespe.org.br

Nova diretoria

Antonio Celestino Lins assume a presidência do SINTESPE



Queimado. Diretores e funcionários do sindicato acompanharam a solenidade.

Em seu discurso de posse, Antonio Celestino Lins ressaltou seus 27 anos de luta sindical e agradeceu à esposa, as associações que tiveram papel importante na formação da entidade, aos companheiros de direção e funcionários do SINTESPE. "Eu tenho a honra de encerrar um mandato de três anos como vice-presidente e ocupar agora a presidência é um presente para mim", declarou.

Lins tem 64 anos, iniciou sua carreira como servidor público em 1968 e vem de uma família tradicional de sindicalistas em Lages. Sua trajetória no movimento sindical foi iniciada em 1977. Ele está no SINTESPE desde a formação do sindicato, onde já ocupou

diversas funções e teve sua primeira experiência como vice-presidente na gestão 2013-2016.

O processo eleitoral

A coleta de votos para a Diretoria Executiva e Coordenadores de Núcleo de Base Regional do SINTESPE aconteceu nos dias 23 e 24 de maio. Ao todo foram 32 urnas, sendo 26 móveis. As demais permaneceram fixas em Lages, Chapecó, Joinville, Criciúma, e em Florianópolis, na sede do sindicato e no Departamento Estadual de Infraestrutura (Deinfra).

A comissão que fiscalizou o processo de eleições foi formada por Alex Sandro Batista dos Santos (Sintrasem), Vitorino Gabriel Vaz Viegas (Seeb) e Renaldo Pereira (CUT-SC). Para outras informações sobre a posse da diretoria e nominata acesse www.sintespe.org.br



A Diretoria Executiva do SINTESPE, cuja gestão abrange os anos de 2016 a 2019, tomou posse no mês de junho e reafirmou o compromisso de atuar como uma ferramenta de defesa da classe trabalhadora e também do serviço público.

O mês de julho é simbólico para o SINTESPE, pois há 30 anos as associações começavam a se manifestar sobre a vontade de criar um sindicato. Os tempos eram outros. Ainda faltavam dois anos para a promulgação da Constituição de 1988 e naquele período os servidores se organizavam como Federação das Associações. A Federação nasceu de um Congresso de Servidores que, na ocasião, também refletiu sobre a conjuntura brasileira da época.

As batalhas de hoje não são muito diferentes daquelas travadas no passado. A redução da carga horária, equiparação salarial, melhoria dos serviços públicos e progressão funcional já constavam na pauta de reivindicações das associações há 30 anos. Sendo assim, o sindicato nunca mudou sua posição de defesa dos servidores e do serviço público e permanecerá assim nessa nova gestão. A luta, bem como a soma de esforços, apenas se amplia.

Mesmo com o Governo do Estado se mostrando insensível com as reivindicações dos servidores e servidoras, a luta continua do sindicato foi responsável por conquistas como, por exemplo, a descompactação da tabela salarial, os planos de cargos e salários, a criação da tabela do quadro geral – em prática até os dias de hoje – e a isonomia de gratificações como a GAF.

É claro que existe um longo caminho ainda a ser percorrido e conquistas a serem alcançadas, como é o caso das lutas dos servidores técnicos e administrativos da SJC e da Defensoria Pública, bem como o estancamento de projetos polêmicos como o PLP 257 e a PEC 241.

O SINTESPE volta-se nesse momento também para o resgate do sentimento de unidade entre os trabalhadores através da retomada das atividades e confraternizações regionais que acontecem no mês de outubro. A princípio serão realizadas em seis regiões do estado e contarão com oficinas de formação política, painéis, estratégias para discussão com o Governo do Estado e ações voltadas para a saúde do trabalhador.

União: esta é a força que moverá o SINTESPE pelos próximos anos. A união a favor dos servidores e contra os projetos que retiram direitos. A união para defender o serviço público de qualidade e para trilhar um caminho recheado de novas conquistas.

Antonio Lins
Presidente do SINTESPE

::: Prestando contas

DEMONSTRATIVO DE RECEITAS E DESPESAS

RECEITA	novembro/2015	dezembro/2015	janeiro/2016	fevereiro/2016	março/2016	abril/2016	maio/2016	junho/2016
Mensalidade de Associação	155.722,14	302.533,32	6.140,57	156.576,32	184.140,10	156.318,48	153.369,50	159.359,98
Receita de Aplicações	26.066,54	25.423,30	20.979,25	19.959,93	23.371,72	21.676,89	31.550,51	39.347,09
Receita de Locação	-	-	-	82,00	-	-	-	88,00
Receita de Precatórios	1.289,43	703,65	105,51	7.467,62	1.557,57	920,06	2.153,24	1.307,60
TOTAL DAS RECEITAS	183.078,11	328.660,27	27.225,33	184.085,87	209.069,39	179.915,43	187.073,25	200.102,67
DESPESA								
PESSOAL E ENCARGOS	92.459,97	117.526,19	106.466,38	82.744,21	81.568,17	81.935,76	85.912,28	95.376,52
DESPESAS GERAIS								
Água e Esgoto	211,88	211,88	211,88	211,88	211,88	211,88	211,88	211,88
Serviços de Cartão	85,35	-	-	-	-	-	-	85,35
Contribuição de Utilizantes	1.012,35	1.012,35	1.012,35	1.012,35	1.012,35	1.012,35	1.012,35	1.012,35
Comod. e Aluguel	6.283,80	10,40	975,08	-	7.425,15	74,60	1.636,40	4.341,30
Energia e Água	724,95	909,44	-	1.534,55	1.484,11	1.388,40	1.501,64	751,13
Fotocópias	-	-	-	-	-	-	1.049,00	-
Honorários Profissionais	2.850,00	5.700,00	3.180,00	3.180,00	3.180,00	3.180,00	3.180,00	3.180,00
Impostos e Taxas Diversas	213,18	47,44	-	179,85	1.317,49	691,21	393,39	69,73
Locação de Veículos e Equipamentos	250,00	250,00	250,00	250,00	270,00	255,85	250,00	355,00
Manutenção em Programas e Site	1.364,99	2.458,00	2.004,20	1.400,47	1.712,62	2.325,72	1.352,62	2.094,07
Manutenção em Veículos	407,30	-	-	816,00	-	-	-	-
Manutenção e Reparo	140,00	1.300,00	200,00	351,00	187,30	1.358,30	326,30	652,50
Materia de Cozinha e Cozinha	319,81	593,78	352,15	281,00	977,47	491,15	1.054,57	575,06
Materia de Expediente	2.800,70	537,70	-	96,00	160,20	36,50	3.262,20	55,30
Materia de Higiene	72,30	313,55	364,30	49,80	426,25	73,75	665,55	97,22
Materia de Manutenção	-	-	-	-	-	325,97	40,00	4.690,10
Outras Despesas	124,95	34,00	-	132,00	-	30,00	-	-
Segurança de Faltamento	234,76	234,76	234,76	234,76	262,99	-	-	-
Seguros	1.135,06	1.135,06	1.135,06	1.135,06	1.135,06	1.135,06	1.135,06	1.135,06
Serviços de Terceiros - PF	60,00	60,00	-	90,00	60,00	90,00	90,00	120,00
Serviços de Terceiros - PJ	372,50	-	1.296,00	-	480,00	1.612,93	525,86	-
Telefones e demais com. unicações	3.233,08	3.979,69	3.594,15	2.505,40	3.989,98	3.875,70	3.909,89	3.791,84
IMPRESSA E DIVULGAÇÃO								
Adesivos/Panfletos/Impressos	-	-	-	-	390,00	-	1.140,00	-
Faixas/Cartazes/Camisetas/Outdoor	150,50	2.215,00	1.320,00	-	230,00	476,00	1.040,00	200,00
Livros/Jornais/Revistas	548,12	478,00	-	-	374,90	-	-	-
Rádios/TV/Som/etc	950,00	2.350,00	800,00	300,00	3.700,00	2.400,00	2.800,00	4.654,02
ATIVIDADES SINDICAIS								
Assembleias	1.735,81	5.534,85	-	28.786,95	11.565,40	3.377,09	5.218,94	30.879,41
Cursos, Congressos e Seminários	28.020,88	4.520,51	-	-	-	929,74	-	-
Viagens	360,64	295,00	-	317,10	2.183,58	2.337,92	1.148,91	3.332,92
Outros	1.000,00	1.000,00	-	-	160,00	-	-	200,00
Contribuição a CUT	15.656,74	15.656,74	15.656,74	15.656,74	15.656,74	15.656,74	15.656,74	15.656,74
DIESSE	502,53	502,53	502,53	502,53	502,53	502,53	502,53	502,53
Mobilizações	2.981,40	3.175,80	-	130,00	10.380,54	16.981,42	290,00	-
Eleições SINTESPE	-	-	-	-	-	-	7.801,47	2.899,93
ASSESSORIA JURÍDICA/CUSTAS/CÁLCULOS	8.954,63	986,31	3.566,81	1.132,76	1.917,24	2.382,34	1.369,33	-
DIRETORIA E REPRESENTANTES								
Reunião da Diretoria e Conselho Fiscal	2.386,43	2.416,81	3.486,02	2.390,62	3.597,43	4.540,01	7.188,75	7.008,08
Diretoria Liberada	2.969,39	5.523,89	1.390,70	3.350,11	5.042,94	4.157,92	4.920,00	4.770,75
Confraternização	2.424,00	-	-	-	-	-	-	-
Aluguel de Oficina **	820,00	820,00	820,00	820,00	820,00	820,00	820,00	-
Aluguel de Custo **	3.505,14	3.606,14	3.505,14	3.506,14	3.606,14	3.606,14	3.606,14	2.151,22
NÚCLEO REGIONAL DE LAGES	1.751,66	1.154,45	1.414,34	861,13	2.129,99	1.581,85	2.416,64	1.750,05
NÚCLEO REGIONAL DE CHAPECÓ	1.553,26	1.462,85	1.356,76	1.586,55	1.758,31	1.517,80	1.554,77	1.419,09
NÚCLEO REGIONAL DE JOINVILLE	2.059,01	2.013,38	1.397,21	1.617,15	2.755,98	2.118,13	2.082,34	2.050,28
NÚCLEO REGIONAL DE CRICIÚMA	872,09	723,36	381,38	552,92	489,64	468,64	397,01	292,05
NÚCLEO REGIONAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE	733,20	673,04	843,35	471,98	527,50	541,73	522,30	535,51
TOTAL DAS DESPESAS	191.462,44	211.614,36	155.022,16	158.609,01	178.255,84	168.463,71	178.780,68	190.146,33

* Antonio Celestino Lins

** Mário Antônio da Silva, Sebastião Teotônio Amorim e Walney Adilson da Rocha Chaves

OBSERVAÇÃO: Balançotes elaborados pelo Regime de Caixa.

SINDICATO DO TRABALHADORES DO SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL DE SANTA CATARINA

Publicação oficial que expressa a posição da Diretoria Executiva do SINTESPE

Sede: Praça Olívio Amorim, 82 - Centro - Fpolis/SC- CEP 88020-090 - Fone: (48) 3223 6097 (sintespe@sintespe.org.br - www.sintespe.org.br) / Núcleo Criciúma: (48) 9833-3335 / Núcleo Chapecó (49) 33238638 nucleochapeco@sintespe.org.br / Núcleo Joinville: (47) 30265934 joinville@sintespe.org.br / Núcleo Lages: (49) 3229 0023 lages@sintespe.org.br / Núcleo São Miguel do Oeste: (49) 9104-4243 smo@sintespe.org.br. Impressão: DC - Tiragem: 10 mil exemplares - Distribuição gratuita e dirigida

Somos todos SJC

Técnicos e administrativos da SJC unidos contra discriminação do governo do Estado



Mobilizados durante todo o primeiro semestre de 2016, os servidores Técnicos e Administrativos da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania permanecem em estado de greve e semanalmente tem realizado atos em frente à secretaria para reivindicar a volta da gratificação lotacional. O benefício foi extinto em 2013 e o Governo do Estado ainda não se mostrou disposto a negociar

com os servidores.

Pelo menos uma vez por semana eles se dirigem com faixas e carro de som até a frente Secretaria de Justiça e Cidadania em Florianópolis onde realizam apitaços e panfletagens. A busca dos servidores por igualdade e reconhecimento repercutiu em jornais impressos, telejornais e portais de internet. Motoristas e pedestres que passaram pela SJC

durante a realização dos atos também se mostraram se mostraram solidários à luta dos trabalhadores

"Estaremos aqui quantas vezes forem necessárias até que o Governo do Estado tire as promessas do papel e envie um projeto que contemple esse grupo de servidores", declarou o Presidente do SINTESPE, Antonio Celestino Lins em uma das manifestações.

Plano de cargos e salários dos agentes da SJC é aprovado

Conquista é resultado de mais de três anos de luta conjunta entre sindicato e categoria.

O plano de cargos e salários dos agentes penitenciários e socioeducativos da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania foi aprovado em maio por unanimidade pelos deputados catarinenses. O Projeto de Lei Complementar 01/2016 foi protocolado em março, tramitou em regime de urgência e foi publicado no Diário Oficial do Estado em 6 de junho sob o nome de Lei Complementar nº 675.

O projeto altera a composição das carreiras, que será agora em formada por oito classes. A escala de vigilância nas unidades prisionais será no formato 24 horas de serviço para 72 horas de descanso. Os adicionais de permanência, vintenário e de local de exercício, bem como a gratificação de risco de vida incorporada e a indenização de estímulo operacional estão extintos.

Dessa forma, a remuneração dos servidores passará por mudanças e será composta pelo vencimento básico de R\$ 1.157,43 e por adicionais de tempo de serviço, hora extra e adicional noturno. O adicional de atividade será implementado gradativamente e concluído em 2019.

Servidores da Defensoria Pública reivindicam reajustes junto ao Governo do Estado

Os trabalhadores espalhados pelos mais de 20 núcleos da Defensoria Pública em todo o estado lutam pela correção nos valores de vale-alimentação e pela revisão dos valores do subsídio. Eles se uniram e paralisaram suas atividades no mês de abril durante quase 15 dias. O movimento ganhou força e o Governo do Estado apresentou uma proposta a título indenizatório.

O PL 126/2016, contém reajuste no vale alimentação, fixado em R\$ 800,00 sem descontos e com efeitos

retroativos. O projeto foi aprovado por unanimidade na Comissão de Constituição de Justiça da ALESC e até o fechamento desta edição, o PL encontra-se na Comissão de Finanças para os devidos estudos de impactos financeiros.

O início da luta: A greve geral foi aprovada por ampla maioria, em uma assembleia que reuniu aproximadamente 100 servidores do corpo técnico e administrativo oriundos da capital e do interior. Eles

denunciaram a falta de condições de trabalho, e problemas de estrutura na Defensoria Pública de Santa Catarina. pós o cumprimento dos prazos de notificação ao Governo do Estado, a greve geral foi iniciada as 0h do dia 14 de abril.

O Governo tentou se antecipar e enfraquecer o movimento, porém os trabalhadores permaneceram firmes. A vitória da categoria chegou quase 15 dias após a greve, quando o Governo do Estado apresentou a proposta a título

indenizatório. Os servidores seguem em estado de greve para acompanhar a tramitação do projeto na Assembleia Legislativa.

Uma das condicionantes para a suspensão das paralisações, e mais uma conquista da luta conjunta entre o sindicato e a Associação dos Servidores da Defensoria Pública de Santa Catarina (ASDPESC), foi a anistia dos dias paralisados, sendo assim não serão praticados descontos salariais para os servidores que realizaram greve.

Dívida pública em debate no SINTESPE

A dívida pública foi tema de um debate realizado em junho no SINTESPE e comandado pela auditora fiscal aposentada Maria Lúcia Fattorelli. Ela coordena a associação sem fins lucrativos que pede a auditoria cidadã da dívida pública. Dirigentes sindicais e representantes de centrais participaram do encontro. Na ocasião também foi dada a largada para a criação do Fórum Sul em Defesa dos Serviços Públicos.

Com um discurso que exaltou as potencialidades do país e criticou o sistema financeiro, Maria Lúcia Fattorelli debateu também o avanço acelerado da pauta do capital, que inclui entre outras ameaças o PLP 257/16. "O Brasil não é qualquer país. Somos a maior reserva de nióbio do mundo, a terceira maior reserva de petróleo, maior área agricultável do

mundo, sem falar em nossas demais riquezas minerais e territoriais". Ela defende que todas as potencialidades do país geram um paradoxo: afinal, por que enfrentamos um gigantesco problema com a dívida pública?

A dívida pública carrega quase metade do orçamento e seu principal problema é que ela não para de crescer. Há 16 anos a auditora iniciou sua jornada de conscientização quanto ao agravamento de problemas nacionais, em especial o do endividamento. Ela defende que a dívida é uma mera desculpa, um fato inventado. "A palavra dívida é muito forte e todo mundo respeita. A própria expressão "honrar a dívida" já denota um tratamento diferenciado. O sistema financeiro foi esperto em escolher o endividamento como seu principal

motivo para continuar roubando. Temos que compreender o papel da dívida nesse mundo governado pelo poder financeiro mundial", afirmou.

A Auditoria Cidadã da Dívida, organização coordenada por Fattorelli, até agora não diz ter encontrado uma contrapartida real. Ela defende que isso se trata de um esquema de corrupção institucionalizado, não apenas em âmbito federal, como também em nível estadual e municipal. Tudo isso, portanto, com o objetivo de desviar recursos públicos em direção ao sistema financeiro. O avanço da pauta do capital tem sido motivo de preocupação e tem impressionado não só a palestrante, como também os presentes na reunião. O processo agudo e acelerado de privatização agrada aos setores mais conservadores da sociedade

que, na atual conjuntura, dizem, fazem e conseguem exatamente aquilo que necessitam. É o caso de ameaças como o PLP 257/16, dos juros elevados praticados no Brasil – que não possuem justificativa técnica ou econômica, do possível retorno da CPMF – sob a justificativa de déficit da previdência, da aniquilação do SUS e da privatização do Banco Central.

Fórum Sul: Integrantes do movimento sindical no Paraná e do Rio Grande do Sul estiveram presentes no debate e expuseram brevemente a situação observada em seus respectivos estados. O objetivo foi articular a criação do Fórum Sul em Defesa dos Serviços Públicos, que unificará a luta pelos serviços públicos municipais, estaduais e federais nos três estados da região sul.

Inconstitucional e duvidoso

PLP 257 é o maior ataque ao serviço público em todo o país

Ao final do mês de março, um polêmico projeto, foi enviado pelo governo ao Congresso Nacional. Trata-se do PLP 257/16, cujo pretexto é a renegociação de dívidas dos estados com a União. A verdade é que a redação esconde objetivos que facilitam a terceirização, a privatização de estatais, o congelamento de salários, as mudanças na previdência, o fim da contratação de servidores, entre outros.

Esse é um verdadeiro ataque ao serviço público e também aos trabalhadores, pois representa uma intervenção no tratamento de pessoal e de recursos disponíveis nos estados. O projeto afeta estruturas e diminui o alcance das atividades ligadas à segurança pública, saúde e educação, promovendo uma desestruturação das carreiras. Caso venham a ser aprovadas, as medidas teriam duração de dois anos e seriam implementadas em um prazo de 180 dias após a devida tramitação.

Em Florianópolis, as entidades

que integram o Fórum dos Servidores e Empregados Públicos de Santa Catarina ampliaram sua atuação e criaram o Fórum Catarinense em Defesa do Serviço Público. Este segundo é composto por sindicatos, associações, federações, movimentos e centrais que unificaram sua luta contra este nocivo projeto.

Em carta aberta à população, o Fórum manifestou total repúdio aos termos do PLP 257, contestou o regime de urgência que foi dado ao mesmo e classificou as medidas como "inconstitucionais e de relevância duvidosa, tendo como único e claro objetivo, por fim ao serviço público formal e qualificado". Em nota, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) pediu ao o Governo a retirada imediata do projeto e considerou como "inaceitáveis as contrapartidas impostas aos Estados e ao Distrito Federal" e ressaltou também que o PLP 257 interferirá na "política de distribuição de renda que vem contribuindo

significativamente para redução de desigualdades sociais no país, fortalecendo o mercado de consumo e tirando milhões de pessoas da linha de pobreza".

O SINTESPE tem participado ativamente de reuniões, encontros e audiências que tem a intenção de levar a discussão do PLP 257 à sociedade, de retirar o regime de urgência e de barrar o projeto como um todo. Em abril, o deputado federal Esperidião Amin, que é relator do projeto, recebeu a nota de repúdio assinada por 31 entidades durante um encontro que debateu brevemente o conteúdo do PLP 257 na Capital. Amin concordou que o mesmo não resolve o problema da dívida dos Estados e que, apesar de não poder fazer nada quanto ao regime de urgência, tentaria estimular a realização de audiências públicas para discussão do PLP, algo que acabou por não acontecer.

Sistema financeiro

PEC 241: gastos públicos congelados por 20 anos

Saúde e educação serão os setores mais prejudicados

Os ataques do governo golpista ao serviço público e aos direitos dos trabalhadores estão cada vez mais escancarados e com o intuito de manter a transferência de riquezas para o sistema financeiro. Além do PLP 257, foi apresentada a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 241 de 2016 que instala um "novo" regime fiscal no país. A medida estabelece um teto para os gastos públicos, que terão como limite a despesa do ano anterior corrigida pela inflação. O congelamento dos investimentos pelo período de vinte anos prejudicaria diretamente a educação e a saúde. Nos próximos dois anos, por exemplo, a área da saúde perderia R\$ 12 bilhões.

O Economista e Supervisor Técnico do DIEESE em Santa Catarina, José Álvaro de Lima Cardoso, explicou em nota técnica que a ideia dos formuladores da PEC

241 é acabar com as vinculações orçamentárias previstas na constituição, sendo assim áreas como saúde e educação não deverão ter aumento real em seus investimentos. Quem extrapolar o teto anual está impedido de aumentar as despesas com pessoal, ou seja, não poderão ser concedidos reajustes aos servidores públicos, realizar concursos ou criar cargos que aumentem as despesas.

O acesso à saúde e a educação, que tem apresentado uma trajetória crescente nos últimos anos, será interrompido. Ainda segundo o artigo de Cardoso, "os trabalhadores e o povo em geral não tem como adquirir esses serviços na iniciativa privada. Não é possível um trabalhador que recebe salário médio de R\$ 1.913,00 (segundo a PNAD-2015) sustentar as despesas de sua família nessas áreas".

A PEC 241 surge em um cenário que, segundo os dados do DIEESE, apontam para a elevação da taxa de desemprego e de queda do rendimento real dos trabalhadores em todas as regiões do país.

A PEC 241 é anunciada como um projeto que deve auxiliar na redução da dívida pública, porém ela joga a conta da crise para os trabalhadores e trabalhadoras. O real objetivo deste e de outros projetos é assegurar a sustentabilidade da dívida pública. Enquanto o Brasil praticar as maiores taxas de juros do planeta será difícil observar o crescimento econômico e consequentemente a redução da dívida. Este último fator, obviamente, não interessa em nada ao sistema financeiro e aos Governos adeptos do neoliberalismo.

Sem aumento em Santa Catarina

O Governador do Estado parece querer se antecipar ao PLP 257. Em abril foi anunciada uma resolução que cancela o aumento salarial aos servidores públicos até o final do ano. A desculpa é a mais esfarrapada possível: o enfrentamento da crise.

Segundo nota emitida através de assessoria da comunicação, "a meta é evitar o crescimento além do previsto para a folha de pagamento, cujos gastos têm beirado o limite legal da Lei de Responsabilidade Fiscal". Os reajustes que já estavam acertados ou garantidos por legislação serão mantidos, a medida vale apenas para novos pedidos.

A alteração no percentual de contribuição da previdência também é algo que consta no PLP 257 e que já está em prática em Santa Catarina. O projeto foi aprovado em dezembro por 30 votos a favor e 8 contra e aumentou de 11% para 14% o percentual de contribuição dos trabalhadores.

Veja como PLP 257 ataca os direitos dos trabalhadores

I – Não conceder vantagem, aumento, reajustes ou adequações de remunerações a qualquer título, ressalvadas as decorrentes de sentença judicial e a revisão geral anual. (Art. 3º, I, do PLP nº 257/16);

II – Suspender admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvadas as reposições decorrentes de vacância dos cargos de servidores nas áreas de educação, saúde e segurança. (Art. 3º, IV, do PLP nº 257/16);

III – Elevação das alíquotas de contribuição previdenciária dos servidores para 14%. (Art. 4º, IV, do PLP nº 257/16);

IV – Vinculação do Regime Jurídico dos Militares dos Estados e do Distrito Federal ao Regime Jurídico dos Servidores da União. (Art. 4º, V, do PLP nº 257/16);

V – Alteração da Lei de Responsabilidade Fiscal, reduzindo a despesa total com pessoal de 95% para 90% do limite previsto no art. 19 da Lei (60% da receita corrente líquida), prevendo o não recebimento de adicionais por tempo de serviço, conversão em pecúnia de direitos e vantagens, e reajustes derivados de determinação legal que ultrapassem o novo percentual estipulado. (Art. 14 do PLP nº 257/16).

Fique atento

Garanta a sua devolução do imposto sindical

O SINTESPE informa aos seus filiados que fará a devolução do imposto sindical referente ao ano de 2016 apenas para os filiados que atualizarem o seu cadastro junto à entidade.

Além de otimizar a comunicação junto aos filiados, a atualização cadastral se faz necessária para evitar prejuízos, tanto para a entidade, quanto para os filiados. Esses prejuízos se referem ao caso de servidores que solicitaram a portabilidade bancária e não possuem vínculo com o Banco do Brasil, instituição financeira para onde os valores são repassados.

Recentemente foi observado o caso de servidores que não receberam o depósito referente ao imposto sindical por conta do pedido de portabilidade bancária. Em situações assim o valor do imposto retorna para a conta do sindicato, porém não há estorno da taxa cobrada para a realização de transferência.

A atualização do cadastro poderá ser feita através do www.sintespe.org.br ou através do envio do formulário ao lado, para o endereço do sindicato - Praça Olívio Amorim, 82 - Centro, Florianópolis(SC) - Cep: 88.020-090. O prazo para atualização do cadastro é até o dia 31 de dezembro de 2016 para ter direito a devolução referente ao ano de 2016.

Sobre o imposto sindical

O imposto sindical é descontado da folha de pagamento dos servidores públicos estaduais sempre no mês de março, portanto é arrecadado pelo Governo e corresponde à remuneração de um dia normal de trabalho, sem inclusão de horas extras. Do valor descontado, 60% retorna para as contas da entidade que representa o trabalhador.

O SINTESPE sempre se posicionou contra esta contribuição e em 2012 foi aprovada a resolução de que o SINTESPE irá devolver integralmente os valores recebidos do imposto sindical. De acordo com a resolução tomada no V Congresso do SINTESPE – realizado em novembro de 2015 – os valores do imposto sindical serão apenas devolvidos aos filiados.

filiado a **CUT**

SINTESPE
Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Estadual de SC

Praça Olívio Amorim, 82 - Centro - Florianópolis - Santa Catarina - CEP 88.020-090
Telefone: (48) 3223-6097 WhatsApp (48) 9833-3435

Ficha de Recadastramento Imposto Sindical

DADOS PESSOAIS

NOME DO FILIADO DATA NASCIMENTO / / SEXO MASCULINO FEMININO

ENDEREÇO RESIDENCIAL (rua, avenida, servidão...) Nº COMPLEMENTO

BAIRRO CIDADE CEP

E-MAIL TELEFONE RESIDENCIAL CELULAR

DADOS PROFISSIONAIS

NOME DO ÓRGÃO ONDE TRABALHA MATRÍCULA TELEFONE LOCAL DE TRABALHO

CARGO/FUNÇÃO LOTAÇÃO SITUAÇÃO ATIVO INATIVO

ENDEREÇO PROFISSIONAL (rua, avenida, servidão...) Nº COMPLEMENTO

BAIRRO CIDADE CEP

AGÊNCIA CONTA CORRENTE NOME DO BANCO

DATA / / ASSINATURA DO SERVIDOR

Nossas redes sociais:

facebook: [sintespe.sc](https://www.facebook.com/sintespe.sc)

site: www.sintespe.org.br



WhatsApp
(48) 9833-3435